

**Alexandra Werneck Viana
Diego Barbosa da Silva
Leonardo Augusto Silva Fontes
Mariane Costa Pinto**

Manual básico para indexação de documentos arquivísticos

A experiência no Arquivo Nacional



Alexandra Werneck Viana
Diego Barbosa da Silva
Leonardo Augusto Silva Fontes
Mariane Costa Pinto

**MANUAL BÁSICO PARA INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS
ARQUIVÍSTICOS**
A experiência no Arquivo Nacional

Rio de Janeiro
2013

ISBN 978-85-915393-0-7

Imagem da capa: GRUPO IDOC. *Tratamento textual*. Disponível em:
<<http://www.grupoidoc.com.br/ged/tratamento-textual/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Colaboradores:

Carmen Tereza Coelho Moreno
Fábia Oliveira Martins de Souza
Mara Luci Silva de Araújo da Silva
Sérgio Miranda de Lima
Sheila Christina Mueller Mello

Grupo Permanente de Indexação da Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo do Arquivo Nacional:

Alexandra Werneck Viana (COACE/ Biblioteca) – colaboradora
Antonio Laurindo dos Santos Neto (CODAC/Imagens em Movimento)
Christiane de Oliveira Pereira (CODAC/Imagens em Movimento)
Diego Barbosa da Silva (CODES/Documentos do Judiciário)
Érika Maria Nunes Sampaio (CODES/Documentos do Executivo e Legislativo)
Isabel Cristina da Rocha Guimarães (COPAC/Conservação de Fotografias) – colaboradora
Julia Marta de Pontes (COPAC/Gplan) – colaboradora
Leonardo Augusto Silva Fontes (CODES/Documentos Privados)
Leonor Fernandes Ribeiro (CODAC/Documentos Cartográficos)
Mara Luci Silva de Araújo da Silva (CODAC/Documentos Sonoros)
Mariane Costa Pinto (CODAC/Gabin)
Rodrigo Mendes Queiroz (CODAC/Documentos Iconográficos)

M294

Manual básico para indexação de documentos arquivísticos: a experiência no Arquivo Nacional / Alexandra Werneck Viana... [et al]. -- Rio de Janeiro, 2013.
23 p.; 20 cm.

Demais autores: Diego Barbosa da Silva, Leonardo Augusto Silva Fontes, Mariane Costa Pinto.

Manual dos procedimentos adotados pelo Grupo Permanente de Indexação no Arquivo Nacional.

1. Indexação – Manuais, guias, etc. 2. Arquivologia - Processamento técnico. I. Viana, Alexandra Werneck. II. Silva, Diego Barbosa da. III. Fontes, Leonardo Augusto Silva. IV. Pinto, Mariane Costa.

CDD 025.3

AGRADECIMENTOS

À Coordenadora-Geral de Processamento e Preservação do Acervo, Carmen Tereza Coelho Moreno, e aos Coordenadores de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, Marcelo Nogueira de Siqueira, e de Documentos Escritos, Mauro Lerner Markowski, do Arquivo Nacional, pela confiança depositada, suporte e auxílio na execução do trabalho.

Às servidoras do gabinete da Coordenação-Geral supracitada, Sheila Christina Mueller Mello e Fábria Oliveira Martins de Souza, pela colaboração fundamental na apresentação e formatação deste manual.

Aos técnicos do Arquivo Nacional, Mara Luci Silva de Araújo da Silva e Sérgio Miranda de Lima, por suas sugestões e alterações de conteúdo.

Aos indexadores e colaboradores do Grupo Permanente de Indexação pelo trabalho que está sendo desenvolvido e apoio a este produto.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CRITÉRIOS DE NORMALIZAÇÃO E REFERÊNCIAS.....	9
3. REGRAS GERAIS PARA A CRIAÇÃO DE TERMOS DE INDEXAÇÃO.....	12
3.1 Ortografia.....	12
3.2 Palavras em outras línguas e sua tradução.....	13
3.3 Uso de maiúsculas.....	13
3.4 Adjetivos.....	13
3.5 Advérbios.....	13
3.6 Verbos.....	13
3.7 Flexão de gênero e número.....	13
3.7.1 Entidades concretas.....	13
3.7.2 Entidades abstratas.....	14
3.8 Inversão e uso de vírgulas.....	14
3.9 Parênteses.....	16
3.10 Termos compostos.....	16
3.11 Traço.....	17
3.12 Uso de remissivas.....	17
4. CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIAS.....	19



APRESENTAÇÃO

Uma indexação em arquivos é possível?

O presente manual – elaborado por integrantes do Grupo Permanente de Indexação, criado em 2011 na Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo (COPRA) do Arquivo Nacional – busca colaborar com esta reflexão.

Formado por bibliotecários, arquivistas e técnicos com formação em História e Linguística, o grupo foi designado para atualizar e ampliar as “Regras para Indexação dos Documentos da CDA”, elaborado em 2000 por Nilda Sampaio Barbosa, para a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC) e que acabou por se expandir informalmente para toda a instituição.

Entre seus objetivos estão a formação e capacitação de, pelo menos, um indexador em cada equipe da coordenação-geral e repensar a política de indexação na área de processamento técnico do Arquivo Nacional.

Este manual originou-se da necessidade de padronização e instruções de normalização mais detalhadas para a entrada de termos de indexação. Almeja-se a recuperação da informação de maneira uniforme e apropriada nos sistemas de informação do Arquivo Nacional.

Além disso, este trabalho objetiva nortear uma política de indexação – mais voltada para arquivos – e proporcionar a todos os técnicos envolvidos com processamento de acervo uma referência para reflexão. Aponta, igualmente, práticas e processos para a criação e seleção de termos e regras para entrada de termos gerais e específicos visando ao acesso, à geração de índices e ao controle de vocabulário.

Não se trata de um documento definitivo. O processo de indexação e padronização de entrada de termos é contínuo. Este manual será revisado e atualizado sempre que for necessário.

1. INTRODUÇÃO

As instituições arquivísticas devem ter como maior finalidade “o pleno acesso à informação”¹. Para que se cumpra este objetivo, seu acervo deve estar organizado, ou seja, ter sido objeto de processamento técnico, que engloba atividades de recolhimento, tratamento técnico, preservação, divulgação, controle de acesso e uso de seu patrimônio arquivístico (ARQUIVO NACIONAL, 2012).

Dentre as atividades que compreendem o tratamento técnico do acervo permanente destacam-se duas essenciais à recuperação da informação: a descrição e a indexação. É por meio delas que o usuário pode fazer uso dos instrumentos de pesquisa para o acesso aos documentos.

A maior instituição arquivística do país, o Arquivo Nacional do Brasil, adota a descrição multinível, ou seja, a representação dos elementos e informações contidos nos documentos, levando-se em consideração a estrutura de organização de um acervo e integrando-o em diferentes níveis e em relações horizontais e verticais (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Indexação é um processo subjetivo² que visa à recuperação da informação. A partir dela é possível a elaboração de índices. Nos sistemas informatizados de recuperação da informação, “uma indexação de qualidade assegura uma recuperação mais precisa.” (SOUZA, 2009, p. 7).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992, p. 2), “NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação”, a indexação compreende três estágios: “exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; identificação dos conceitos presentes no assunto; tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação”.

Ao atribuir um descritor [isto é, um termo de indexação] a um documento, o indexador declara que tal descritor possui alto grau de relevância para o conteúdo do documento; quer dizer, ele declara que o significado do descritor está fortemente associado a um conceito incorporado ao documento, e que é adequado à área temática do documento. (LANCASTER, 2004, p. 11).

Lancaster (2004) afirma que neste processo, o responsável pela indexação deve estar atento a três perguntas: Do que trata o documento? Por que foi incorporado ao acervo? Quais de seus aspectos serão de interesse para os usuários?

1 Retirado do sítio da instituição:

<<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>>. Consulta em 01 nov. 2012.

2 Ainda que o técnico indexador deva propor um termo a partir de noções objetivas, como as expressas neste manual, ele é responsável por **atribuir** o termo, ou seja, criá-lo a partir de sua análise do documento e das necessidades dos usuários.

... o indexador tem a função primordial de compreender a leitura ao realizar uma análise conceitual que represente, adequadamente, o conteúdo de um documento para que ocorra correspondência com o assunto pesquisado pelo usuário. No entanto, para que essa correspondência aconteça, a adoção de uma política de indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos. (RUBI; FUJITA, 2003, p. 67).

Essa política deve levar em conta três fatores: as características e objetivos da organização, que determinam o serviço oferecido; a identificação dos usuários, para o atendimento de suas necessidades; e os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na instituição, que norteiam o funcionamento do sistema de informações, suas especificidades e limitações (CARNEIRO, 1985, p. 221).

Assim como as informações sobre suporte, forma de escrita, espécie e gênero, o termo de indexação representa um ponto de acesso, ou seja, um “elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos.” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.17).

Quando a espécie documental puder ser recuperada sem danos por outro ponto de acesso, deve-se evitá-la como termo de indexação. Se o arranjo documental for temático, não se recomenda a atribuição de um termo de indexação igual ao título do nível hierárquico, em respeito ao princípio da não repetição de informação em descrições hierarquicamente relacionadas (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

2. CRITÉRIOS DE NORMALIZAÇÃO E REFERÊNCIAS

Adotou-se como política de indexação no Arquivo Nacional, o sistema de pré-coordenação, ou seja: termos com “combinação feita na etapa de entrada, na indexação. Dessa forma, os assuntos são tratados como uma unidade, isto é, são representados por um conjunto de termos já combinados.” (AQUINO, 2009, p. 4).

Exemplo: Abastecimento de água.

No sistema de pré-coordenação, dois critérios devem ser considerados para a inserção de termos: a especificidade e a seletividade.

Especificidade “se refere ao grau de precisão com que um termo define determinado conceito do documento. Ocorre perda de especificidade quando um conceito é representado por um termo de significado mais genérico.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 3).

Exemplos: Fundações (geral); Fundação Oswaldo Cruz (específica)

A seletividade implica na utilização de uma quantidade menor de termos que abrangem somente o conteúdo temático central do documento (LANCASTER, 2004).

Exemplos:

Em uma fotografia, indexar o assunto (motivo, intenção) que levou ao registro, independente do plano em que esteja.

Em um mapa onde pode ser vista toda a América do Sul, mas o tema principal seja alguma característica do Brasil, não indexar os outros países.

Ao criar uma entrada, o indexador deve se questionar se ao pesquisar o assunto descrito, o usuário recuperará informações consistentes no documento.

O estabelecimento desses critérios pretende trazer maior segurança na recuperação de informação relevante em sistemas de informações como o do Arquivo Nacional, no qual o pesquisador, na opção de pesquisa avançada por termo de indexação, acessa uma listagem alfabética de termos autorizados, sem conseguir cruzar informações.

Quanto mais específico e central for o termo, aumenta-se a precisão e diminui-se o índice de revocação (recuperação de documentos úteis, mas gerais). Em um acervo com extensa massa documental, recuperar e avaliar entradas exaustivas (com o maior número de conceitos possíveis) e gerais demandariam do usuário longo tempo de pesquisa, o que vai de encontro à otimização do tempo do consulente, principal propósito de sistemas de recuperação da informação.

Os termos de indexação são divididos em índices temático, onomástico, ou geográfico:

Temático se refere aos termos gerais de assuntos ou grandes temas.

Exemplos: Discursos; Campos de concentração; Radiojornalismo; Água.

Onomástico se refere aos termos relativos a nomes próprios: pessoas, entidades coletivas³, objetos concretos e abstratos. Considera-se nome próprio todos os substantivos que denominam um ser, tornando-o único, específico, e diferenciando-o dos demais de mesma espécie. Geralmente é grafado com letra maiúscula.

Exemplos:

Lei Áurea, 1888

3 “Grupo de pessoas que age de maneira organizada e é identificado por um nome específico, variando no seu grau e forma de organização, como instituições e movimentos sociais, políticos, econômicos, científicos, culturais, militares e religiosos, bem como feiras, seminários, congressos, expedições, navios, aeronaves e embarcações.” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 15).

Nas entradas de pessoas, deve-se respeitar o nome de batismo ou registro e considerá-lo principal, desde que se acrescentem remissivas “ver” ou “use” quando necessário (nomes artísticos, pseudônimos, etc.)⁴.

Geográfico se refere aos termos relativos a localizações geográficas e/ou feições geográficas.

Feições geográficas são entidades do mundo real que podem ocorrer naturalmente como rios e vegetação, ou podem ser construções como ruas, infra-estrutura [*sic*] subterrânea e prédios, ou podem ser subdivisões da terra como municípios, propriedades e divisões políticas. (THOMÉ, 1998, p. 91).

Apesar de toda entrada geográfica ser também onomástica, é de praxe colocá-la em lista distinta para facilitar manuseio e pesquisa nos índices. Ao indexador, cabe diferenciar nomes de órgãos, institutos e fundações (entidades coletivas) de nomes de edifícios (feição geográfica).

Pela especificidade dos assuntos dos documentos de arquivo, os nomes geográficos são enquadrados nas categorias a seguir, de acordo com Maroun e Neves (1996) e Kautzmann et al (2009):

➤ **Nomes geográficos com categoria administrativa:** termos que designam unidades administrativas. Incluem países, estados, províncias, condados, distritos, municípios, vilas, povoados, conjuntos habitacionais, colônias, bairros, avenidas, ruas. Neste caso, o Arquivo Nacional adota a ordem direta na criação de termos.

Exemplos:

Avenida Presidente Vargas (Rio de Janeiro, RJ)

Copacabana (Rio de Janeiro)

Amapá

Austrália

➤ **Nomes geográficos sem categoria administrativa:** termos que designam entidades fisiográficas naturais. Incluem grutas, ilhas, montanhas, lagos, lagoas, planícies, planaltos, oceanos, rios, valas, além de nomes de regiões baseadas nestas entidades. Neste caso, adota-se nas instituições em geral, a inversão de ordem na criação de termos, como será visto em 3.8.

4 Ver 3.12 Uso de remissivas.

➤ **Acidentes topográficos artificiais:** termos que designam construções e lugares criados pelo homem. Incluem rodovias, túneis, pontes, edifícios, fazendas, sítios, parques, praças, reservas, barragens, usinas. Neste caso, o Arquivo Nacional adota a ordem direta na criação de novos termos.

Exemplos:

Ponte Lúcio Costa (Rio de Janeiro, RJ)

Parque Lage (Rio de Janeiro, RJ)

Barragem Três Marias (MG)

Para mudanças de nome, entrar pelo nome que consta no documento, com remissivas “ver” ou “use” para o nome atual⁵. Para lugares que deixaram de existir, ou viraram partes de outros lugares, manter o nome como consta no documento.

**Exemplos: Estado da Guanabara *ver* Rio de Janeiro (RJ)
Castelo, Morro do (Rio de Janeiro, RJ)**

As principais fontes de pesquisa e análise para este manual e para a prática de indexação aqui estabelecida são⁶:

- Para o vocabulário temático: **Norma portuguesa para tesouros monolíngues - NP 4036** (1992) do Instituto Português de Qualidade; ***Library of Congress online catalog*** da *The Library of Congress* e **Terminologia de assuntos** do catálogo *online* da Biblioteca Nacional;
- Para o vocabulário onomástico: **Código de Catalogação Anglo Americano – AACR2** (2004) e ***Library of Congress online catalog*** da *The Library of Congress*;
- Para o vocabulário geográfico: **Nomes geográficos:** normas para indexação do IBGE (1996), de Maria Célia dos Santos Bou Maroun e Maria de Lourdes Therezinha Pacheco Neves e **Entradas de nomes geográficos como assunto:** padrão para o sistema de automação de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABi/UFRGS), de Carolina Kautzmann; Inês Maria de Gasperin; Miriam Velci Barcellos Fernandes; Renata Cristina Grun; Stella Maris do Canto Pivetta e Vanessa Inácio de Souza.

A partir do estudo destas e de outras referências, apresentam-se as regras a seguir.

5 Ver 3.12 Uso de remissivas.

6 Todas as referências sofreram adaptações.

3. REGRAS GERAIS PARA A CRIAÇÃO DE TERMOS DE INDEXAÇÃO

3.1 Ortografia

Deve-se seguir a forma na qual se apresenta em dicionários ou glossários, considerando o decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, que promulgou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

3.2 Palavras em outras línguas e sua tradução

Palavras estrangeiras de uso corrente devem ser incluídas. Quando um termo em outra língua e sua tradução coexistirem, “deve escolher-se como descritor o mais largamente utilizado, estabelecendo-se remissivas recíprocas.” (INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE, 1992, p. 14).

Exemplo: Software **ver** Programas de computador

3.3 Uso de maiúsculas

Além dos nomes próprios, as letras maiúsculas são utilizadas na primeira letra do termo, seja ele principal, subdivisão ou o complemento:

Exemplos: Babosa (Planta); Brasil – Economia

3.4 Adjetivos

Não devem ser utilizados como termos de indexação.

3.5 Advérbios

Não devem ser utilizados como termos de indexação.

3.6 Verbos

Não devem ser utilizados como termos de indexação.

3.7 Flexão de gênero e número

Nos casos onde existam os dois gêneros, aconselha-se o uso do termo no masculino.

De acordo com o Instituto Português de Qualidade (1992), responsável pela “NP 4036: tesaurus monolíngues: diretivas para a sua construção e desenvolvimento”, a escolha entre singular e plural depende da noção que o conceito exprime. Os descritores podem ser divididos em duas categorias gerais: entidades concretas e abstratas.

3.7.1 Entidades concretas⁷

➤ Quando representam **entidades numeráveis**, conceitos nos quais pode-

⁷ “SUBSTANTIVO CONCRETO: quando um substantivo se refere a algo que se pode tocar ou imaginar, ou seja, conferir-lhe uma imagem comum a todos.” (ARAÚJO, 2011, *online*).

se aplicar a pergunta **“quantos?”**, usa-se o **plural**.

Exemplo:

“Quantos chilenos morreram no acidente?” Entrada: Chilenos.

Exemplos de entradas para entidades concretas numeráveis:

Plásticos; Árabes; Cabeleireiros; Navios; Haréns; Terminais rodoviários; Instalações sanitárias.

Partes do corpo recebem tratamento especial, ficando no **singular** quando são somente **um** (Boca; Nariz) e no **plural** quando são **mais de um** (Pulmões; Orelhas).

➤ Quando **não são numeráveis**, aplica-se a pergunta **“quanto?”**, usa-se o **singular**.

Exemplo:

“Quanto dinheiro você precisa?” Entrada: Dinheiro.

Exemplos de entradas para entidades concretas não numeráveis:

Sucata; Lixo; Poeira; Alcool; Chorume; Arroz; Sulfanilamida; Pintura.

3.7.2 Entidades abstratas⁸

➤ As entidades abstratas (ações, acontecimentos, sentimentos, ideias, qualidades, conceitos, ciências, artes, áreas do conhecimento, fenômenos, propriedades, religiões, atividades, disciplinas), quando **únicas e particulares**, entram no **singular**.

Exemplos:

Personalidade; Inverno; Emigração; Respiração; Catolicismo; Física; Química; Gestão ambiental; Ecologia.

➤ Quando puder ser considerada uma **classe contendo vários membros**, deve ser expressa no plural.

Exemplos:

Discursos; Reações químicas; Cardiopatias; Ciências médicas; Artes plásticas.

Se as formas no singular e plural corresponderem a conceitos diferentes (concretos ou abstratos), faz-se necessária a entrada das duas formas⁹.

Exemplos:

Teatro (quando for atividade ou a literatura); Teatros (quando se referir às instituições).

Memória (quando for sobre o processo mental); Memórias (quando se referir à escrita narrativa).

8 “SUBSTANTIVO ABSTRATO: quando se refere a algo imaginário, sentimental, que não pode ser tocado nem se pode formar uma imagem representativa.” (ARAÚJO, 2011, *online*).

9 Se necessário, a distinção deve ser feita com a inserção de um qualificador (INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE, 1992).

3.8 Inversão e uso de vírgulas

- Nome específico, designação genérica.

Adotar inversão no caso dos nomes geográficos sem categoria administrativa. “Entre o nome geográfico pelo seu componente mais específico, seguido da designação genérica” (MAROUN; NEVES, 1996, p. 6).

Incluir o qualificador geográfico correspondente entre parênteses, exceto nos casos onde, após pesquisa em outras fontes, não for possível encontrá-lo. Sua entrada deve ser feita por cidade e estado, se apenas uma cidade, e estado quando o termo se referir a mais de uma cidade. Inserir até dois estados, acima disso, apenas o país.

Exemplos:

Antas, Rio das (MG)

Bananal, Ilha do (GO)

Exceção: Praias entram em ordem direta.

Exemplo:

Praia de Ipanema (Rio de Janeiro, RJ)

- Último sobrenome, prenome e outros sobrenomes.

Exemplos:

Cardoso, Ciro do Espírito Santo, 1898-1979

Torres, Fernanda Pinheiro Monteiro, 1965-

- Nome, função/ cargo/ designação/ atribuição.

Exemplos:

Pedro II, Imperador do Brasil

Pio XII, Papa

Zélia, Irmã, 1857-1919

Francisco Xavier, Santo

Leonardo, da Vinci (Vinci é sua cidade de origem)

Acrescentar, como último elemento do cabeçalho, datas (nascimento, morte, anos de atividade, etc.) de uma pessoa, se, sem estes acréscimos, um cabeçalho puder ficar idêntico a outro (CÓDIGO..., 2004).

- Nome do evento, número¹⁰.

¹⁰ O Código de Catalogação Anglo-Americano adota entradas diferentes para eventos.

Exemplos:

Technical Thick Film Symposium (1. : 1967 : Pala Alto, Calif e Los Angeles, Calif.)

World Peace Congress (1. : 1949 : Paris, França e Praga, Checoslováquia)

Biennale di Venezia (36. : 1972)

O Arquivo Nacional usa nos nomes de eventos a inversão e vírgulas, acrescidas de qualificador geográfico e ano em que aconteceu, quando este(s) for(em) conhecido(s):

Exemplos:

Conferência contra a Tuberculose, 10^a, Nova Deli (Índia), 1957.

Assembleia Latinoamericana, 3^a, Brasília (DF), 1978.

3.9 Parênteses

Em termos gerais, os parênteses servem para especificar o termo principal. Suas principais atribuições são:

➤ Diferenciar termos homônimos.

Exemplos: Ação (Justiça) e Ação (Filosofia)

➤ Especificações geográficas.

Exemplos: Belo Horizonte (MG), Chácara da Bica (Rio de Janeiro, RJ)

Exceção: manifestações artísticas¹¹ e identificações de pessoas, povos, etc. Estes formarão um termo composto.

Exemplos:

Música espanhola

Literatura americana

Arte chinesa

Pintura francesa

Música popular brasileira

Civilização germânica

Povos itálicos

Cantores cubanos

➤ Explicar melhor aquilo que não é de conhecimento geral.

Exemplo: Zuzuca (Jogador de futebol).

3.10 Termos compostos

Termos compostos são formados por combinação de palavras que formam conceitos simples e únicos. Podem ser formados por expressões adjetivas, como em Povos itálicos, ou prepositivas, como em Aves de rapina. Geralmente, os termos podem se decompor em núcleo (parte principal), “Administração”, e um distintivo ou modificador, que atribui uma característica que a especifica, “de empresas”. Entrada: Administração de empresas.

11 Por conta de seu sentido conotativo, onde o signo possui sentido figurado ou simbólico, convencionou-se indexá-los pelo tipo de manifestação e não pelo conteúdo do documento. Nos casos em que os conteúdos possuem sentido denotativo, ou seja, significado real e relevante para a pesquisa, deve-se criar termos de indexação que os contemplem.

Exemplos: Aves de rapina; Ovos de chocolate; Flores artificiais, Imposto de Renda; Árvores genealógicas.

Quando o assunto do documento tratar de assuntos que formem conceitos múltiplos e complexos, devem ser representadas por combinações de termos separados por traço (INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE, 1992).

3.11 Traço

O traço designa subdivisão do termo, onde o primeiro é o principal e o segundo complementa a informação contida no primeiro, a fim de aumentar sua precisão e, assim, otimizar o tempo de pesquisa.

Os subdivisores (termos inseridos depois do hífen) podem ou não ser termos principais em outros documentos.

Diferenciam-se dos termos compostos por representar dois ou mais conceitos (SIPORbase, 1998 apud ARRIMAR, 2009).

Normalmente, se formam por elementos prepositivos em que o segundo é DE, SOBRE, PARA, EM o primeiro.

Exemplos:

Brasil – História

Acidentes - Legislação

Acidentes aéreos - Investigação

Luz solar - Efeitos fisiológicos

Produção agrícola – Efeitos da acidez dos solos

Mulheres – Empregos

3.12 Uso de remissivas

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004), as remissivas são indicações que remetem um termo a outro por meio das expressões **ver** ou **use** e **ver também**.

A remissiva **ver** deve ser utilizada nos seguintes casos:

- “Termo sinônimo para termo escolhido;

Exemplo:

Aviação **ver** Aeronáutica

- Termo popular para termo científico ou técnico;

Exemplo:

Sarna **ver** Escabiose

- Termo antiquado para termo de uso atual;

Exemplo:

Disco voador **ver** Objeto Voador Não Identificado

- Sigla para nome completo da entidade.

Exemplo:

ONU **ver** Organização das Nações Unidas”.

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 3).

Já a remissiva **ver também** deve ser usada para ampliar as opções de pesquisa, levando a termos correlatos.

Exemplo:

“Férias **ver também** Licença”.

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 4).

As expressões **ver** e **ver também** devem vir em destaque com algum recurso tipográfico (negrito, sublinhado, itálico ou outro).

4. CONCLUSÃO

As recomendações aqui propostas partem de uma abordagem interdisciplinar, que conjuga a Biblioteconomia e o tratamento técnico de documentos arquivísticos.

Vale destacar que:

“a qualidade da indexação depende da hospitalidade da linguagem de indexação utilizada. Esta deve admitir livremente novos termos ou mudanças na terminologia, bem como atender a novas necessidades dos usuários. Uma política de atualização frequente é considerada essencial.”

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 4).

Este manual básico trata-se de um trabalho inicial do Grupo Permanente de Indexação, a ser aplicado na realidade institucional do tratamento arquivístico do Arquivo Nacional, mas que tem por objetivo maior aprofundar o estudo nesta área e explorar a criação de descritores específicos em acervos arquivísticos.

Para entradas de termos específicos de maior complexidade, não contemplados neste trabalho, recomenda-se a pesquisa nas seguintes fontes: **Código de classificação anglo-americano**; **Nomes geográficos: normas para indexação**, de Maria Célia dos Santos Bou Maroun e Maria de Lourdes Therezinha Pacheco Neves; **Catálogos**: terminologia de assuntos no sítio da **Biblioteca Nacional** e **Library of Congress Online Catalog** no sítio da *Library of Congress*.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Magali. **Indexação: teoria e prática**. [Rio Grande]: FURG, 2009. 1 *powerpoint*.

ARAÚJO, A. Ana Paula de. Substantivo comum e próprio. **Infoescola**, [S. l.], 2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/portugues/substantivo-comum-e-proprio/>>. Acesso em: 02 out. 2012.

_____. Substantivos concretos e abstratos. _____, [S. l.], 2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/portugues/substantivos-concretos-e-abstratos/>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Acesso à informação: institucional**. Rio de Janeiro, [2012?]. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=129>>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Biblioteca. **Vocabulário controlado em história do Brasil e classificação decimal em história do Brasil**. Rio de Janeiro, 1985.

ARRIMAR, Jorge de Abreu. **A indexação por assuntos**. [S. l.], 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/14941254/AIndexacaoporAssuntos>>. Acesso em: 03 out. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**. Rio de Janeiro, 1992.

BARBOSA, Nilda Sampaio. **Regras para indexação dos documentos da CDA**. Rio de Janeiro, 2000.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Terminologia de assuntos**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.bn.br/site/pages/catalogos/terminologiaAssuntos/content.htm>>. Acesso em: 05 out. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. **Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm>. Acesso em: 05 nov. 2012.

CATARINO, Dílson. Denotação e conotação. In: _____. **Gramática on-line.** [S. l.], 2009. Disponível em: <http://www.gramaticaonline.com.br/texto/776/Denota%0c3%0a7%0c3%0a3o_x_Conota%0c3%0a7%0c3%0a3o>. Acesso em: 05 nov. 2012.

CÓDIGO de classificação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. Disponível em: <<http://capela/houaiss/>>. Acesso em: 04 out. 2012.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Curso de indexação de documentos para acervos arquivísticos.** Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA, Nilson Clementino. **Apostila de sistema de informações geográficas.** Goiânia: CEFET, 2006. Disponível em: <http://www.geolab.faed.udesc.br/sites_disciplinas/geoprocessamento_aplicado_ao_planejamento/docs/apostila_sig%05B1%05D.pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O contexto profissional do indexador no ensino de indexação. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 91-104, 2010.

GARNEIRO, Odília; GONÇALVES, Paula. Uma proposta de vocabulário controlado para processos da Inquisição de Lisboa relativos ao Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, n. 5, p. 65-84, 2011.

GUEDES, Vânia L. da S. Indexação e recuperação da informação: princípios, conceitos e considerações. In: CINFORM, 9., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009. Sem indicação de página.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE. **NP 4036:** tesouros monolíngues: diretivas para a sua construção e desenvolvimento. Lisboa, 1992.

KAUTZMANN, Carolina et al. **Entradas de nomes geográficos como assunto: padrão para o sistema de automação de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABi/UFRGS)**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

KÖNIG, Carolina. **Trabalho prático de indexação**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://lfreitas.info/BIB03032/index.html>>. Acesso em: 26 out. 2012.

LANCASTER, F. W. **Indexação e Resumos: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOUSADA, Mariana et al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 191-202, jan./abr. 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar, 2007.

MAROUN, Maria Célia dos Santos Bou; NEVES, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco. **Nomes geográficos: normas para indexação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

PEREIRA, Ana Maria; LAURINDO, Danielle Bianchi Rachadel; SANTIAGO, Silvana Adir. A representação descritiva e temática dos estoques informacionais da BPSC: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 358-380, jan./jun., 2011.

PINTO, Mariane Costa. **Indexação de documentos no Arquivo Nacional: novas práticas para o aperfeiçoamento da recuperação da informação**. Rio de Janeiro, 2011. (Mimeo)

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SCHARDONG, Leonel. **A relevância de elementos para definição de uma política de indexação documental, e como eles se apresentam na prática de bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFRGS**. Porto Alegre, 2009.

SILVA, Alessandra Rodrigues da. **Criação de linguagens de indexação**. [Belo Horizonte], [20--?]. Projeto de Iniciação à Docência – PID: para a área de Tratamento e Serviços da Informação.

SILVA, Diego Barbosa da. Indexação para o acesso: novas perspectivas para a Arquivologia em interface com a Análise do Discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 270-276.

_____. **Descrição, Indexação e Pontuação de acesso de/aos documentos: reflexões a partir do princípio da horizontalidade transversal**. Rio de Janeiro, 2012. (Mimeo)

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **TransInformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-162, mai./ago., 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=65>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Como Fazer, 10).

SOUZA, Edivanio Duarte de. **Indexação e resumo**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2011. 1 *powerpoint*.

SOUZA, Vanessa Inácio. **Indexação: teoria e práticas do corpo indexador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009.

STREHL, Letícia. Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, set. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000300011>>. Acesso em: 04 out. 2012.

SUBSTANTIVO. In: GRAMÁTICA Priberam. Lisboa: Priberam Informática, 2012. Disponível em: <<http://www.flip.pt/FLiP-On-line/Gramatica/Morfologia-Partes-do-discurso/Substantivo.aspx>> Acesso em: 02 out. 2012.

THE LIBRARY OF CONGRESS. **Library of Congress online catalog**. Washington, DC, 2012. Disponível em: <<http://catalog.loc.gov/>>. Acesso em: 05 out. 2012.

THOMÉ, Rogério. **Interoperabilidade em geoprocessamento: conversão entre modelos conceituais de sistemas de informação geográfica e comparação com o padrão open gis**. São José dos Campos: INPE, 1998. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/teses/thome/cap4.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Manual de indexação de assuntos com uso do vocabulário controlado USP**: versão preliminar. São Paulo, 2006.

ISBN 978-85-915393-0-7